

# O PTB (1945-1964): SUAS TENDÊNCIAS POLÍTICAS INTERNAS E A HEGEMONIA DO DIRETÓRIO SUL-RIOGRANDENSE

Roberto Bitencourt da Silva<sup>1</sup>

Alguns cânones interpretativos associados à teoria do populismo conformam, há décadas, uma expressiva matriz explicativa da temporalidade política brasileira de 1945 a 1964<sup>2</sup>. Ainda que nos últimos anos pressupostos da teoria do populismo venham sendo submetidos a uma fecunda revisão historiográfica, a sua força persuasiva se mantém, por se constituir em uma sólida e disseminada tradição interpretativa nos campos acadêmico, educacional, político e jornalístico. Imagens, ideias e símbolos, em geral depreciativos, se projetam folgadoamente nas avaliações relativas a diferentes aspectos da sociedade e da arena política nacional dos anos de 1945 a 1964.

Entre múltiplos aspectos tidos como negativos no aludido período, chama-nos a atenção, em especial, a seguinte e cristalizada ideia: os partidos políticos caracterizar-se-iam como organismos desapossados de uma linha programática e doutrinária consistente, implicando em um caldeirão cultural e político personalista, em que prevalecia a relação direta entre massas e líderes carismáticos. Por extensão, imagens como o caráter farsesco e inorgânico dos partidos – assentados em um frouxo compromisso com princípios e com as promessas propugnadas nas campanhas eleitorais – são frequentemente mobilizadas até os dias que correm na interpretação daquela quadra da vida republicana brasileira. Homogeneidade e generalização consistem em subprodutos diretos do viés interpretativo em tela.

Nesse sentido, na esteira dos estudos que visam, por um lado, problematizar certos cânones que tipificam a versão hegemônica do período e, por outro, notadamente, pôr em destaque a particularidade do trabalhismo, como tradição e projeto gestado pela esquerda brasileira<sup>3</sup>, o presente trabalho se propõe a oferecer um panorâmico quadro pertinente a certas características do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dando especial acento ao diretório gaúcho do partido. Apoiando-me em uma perspectiva sobretudo teórica, põem-se em relevo: 1. a formação e a organização interna do PTB, com suas respectivas tendências políticas; 2. algumas ideias e propostas que sobressaíram na orientação e na linha de atuação partidária; e 3. a capacidade de mediar e de representar setores da sociedade. Dedico-me, assim, como pano de fundo, a empreender uma reflexão – diga-se, em caráter ainda incipiente – acerca do potencial progressista e do papel democrático desempenhado pelo antigo PTB, sem desconsiderar, é evidente, suas limitações e lacunas.

## **Formação e organização interna do PTB**

Trabalhos que têm privilegiado o estudo das singularidades de alguns organismos partidários do período de 1945 a 1964 – seus projetos, suas ideias, suas organizações internas, assim como a capacidade de representação da sociedade civil –, possibilitam relativizar sobremaneira o difundido cânone interpretativo atinente à debilidade dos partidos políticos brasileiros na temporalidade em foco<sup>4</sup>. Sem a pretensão de superestimar a organicidade do sistema partidário brasileiro da época, marcado por vícios e deficiências salientes ainda em nossos dias, não obstante os aludidos estudos põem em destaque uma significativa coerência programática e uma atuação socialmente representativa dos principais partidos. Em particular, o PTB e a União Democrática Nacional (UDN), como também, sob os limites da clandestinidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). De acordo com Antônio Lavareda<sup>5</sup>, o

sistema partidário estava envolvido em um progressivo processo de consolidação, revelando expressivo grau de identidade partidária no universo do eleitorado, comparável ao apresentado por regimes democráticos então estabelecidos na Europa Ocidental. Levando em conta que a sociedade brasileira era e é marcada por importantes clivagens – regionais, culturais, econômicas e políticas – e que experienciou a obrigatoriedade da criação de partidos organizados nacionalmente apenas nos estertores do Estado Novo, parece forçoso inferir que a média da preferência político-partidária demonstrada por pesquisas de opinião (mobilizadas pelo autor a que faço alusão), atingindo a casa dos 64%, denota mesmo uma ponderável representatividade e legitimidade dos partidos políticos perante os eleitores<sup>6</sup>.

Feitas essas breves observações sobre o sistema partidário, com o intuito de justificar a relevância da análise de um partido político de esquerda atuante no período de 1945/64 que, adicionalmente, assumiu duas gestões do governo federal – com Getúlio Vargas (1951/54) e João Goulart (1961/64) –, e apresentou o então maior índice de crescimento eleitoral<sup>7</sup>, atendo-me à formação e a algumas características da dinâmica interna do PTB.

De antemão, importa salientar que o ideário preconizado pelo partido, isto é, o trabalhismo, era composto por aspirações, valores e princípios que circulavam no imaginário social dos estratos populares antes mesmo da criação do PTB<sup>8</sup>. Não raros são os estudos que exploram o universo cultural dos trabalhadores, assim como o seu patrimônio histórico, identificando traços de continuidade relativamente remotos. Aqueles acentuam alguns laços de conexão entre as ideias, as representações simbólicas e o *modus operandi* das entidades coletivas dos trabalhadores, antes e depois de 1930. É o que trabalhos como os de Sílvia Regina Petersen e Benito Schmidt<sup>9</sup> sugerem ao analisar o movimento socialista gaúcho na República Velha, assim como o de Boris Fausto<sup>10</sup>, de um ponto de vista crítico, identifica no sindicalismo socialista carioca um germe do trabalhismo. Por seu turno, Miguel Bodea<sup>11</sup> explora as relações existentes entre os componentes ideológicos positivistas e nacionalistas também do movimento operário gaúcho e a posterior corrente política trabalhista. Trilhando essa mesma linha de reflexão, não é ocioso destacar a voz dos ativistas de movimentos sociais e de partidos socialistas da Primeira República, cujo perfil de atuação política era, *grosso modo*, tipificado pela defesa de reformas pelos canais institucionais e por não abdicar da eventual negociação com o Estado e com o patronato a fim de obter melhorias nas condições gerais de trabalho e de vida das camadas proletárias. Ambas as nuances que marcaram a experiência trabalhista indígena. À guisa de ilustração, um proeminente representante carioca daqueles ativistas assim se expressava em relação ao papel do Estado:

[...] a função do Estado ou dos governos, ou dos poderes públicos [...] tem de se transformar; [...] é necessário intervir por meios legislativos, no sentido de ser efetivamente melhorada a posição econômica do homem assalariado; é preciso regular as condições de trabalho, dando satisfação às necessidades *humanas* do trabalhador<sup>12</sup>.

Também ressaltando as continuidades vigentes entre o período anterior e posterior a 1930, Ângela de Castro Gomes<sup>13</sup>, em perspectiva convergente à apresentada por Jorge Ferreira<sup>14</sup>, põe em evidência a propaganda dirigida pelo governo de Getúlio Vargas aos trabalhadores, durante o Estado Novo, e a relação de reciprocidade existente entre as classes populares e o governo discricionário de Vargas. Logo, componentes de natureza material, como os benefícios auferidos com a legislação do trabalho, e simbólica, como os sentimentos de dignidade, de gratidão e de justiça que atravessavam a referida relação, em muito contribuíram para a gestação e a substância de uma tradição política trabalhista.

Vê-se, com efeito, um patrimônio político e cultural construído e disseminado também pelas experiências das classes populares – particularmente nas cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre – no curso de algumas décadas, e em conjunturas políticas distintas, que, sem lugar à dúvida, criaram condições propícias, *a posteriori*, à formação e ao peso político-eleitoral do PTB<sup>15</sup>.

Esse patrimônio, em 1945, veio a convergir na criação do PTB. Em ambiente doméstico e internacional pouco favorável à perpetuação da ditadura estado-novista, movimentos de opinião emergem e as críticas ao governo Vargas proliferam, sobretudo entre os setores tradicionais, liberais-conservadores, aglutinados em torno de uma sigla emergente, a UDN. Em um momento de transição para o regime democrático, os partidos políticos são legalmente autorizados a se constituir, e o PTB é fundado em 15 de maio de 1945, no Rio de Janeiro.

Não foram poucas as dificuldades iniciais enfrentadas para a organização da estrutura partidária. Com a sua principal liderança nacional impossibilitada de lançar candidatura à presidência, portanto, sem nomes de vulto para participar do processo eleitoral que se avizinhava, e imerso em uma estrutura social ainda eminentemente agrária<sup>16</sup>, um partido dirigido aos trabalhadores, mormente aos das cidades, teria de se esforçar bastante, e por anos, para alcançar capilaridade nacional. Talvez um pitoresco caso que se deu no antigo estado do Rio de Janeiro – antes, pois, da fusão com o estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) – se preste a ilustrar alguns embaraços ocorridos. Senão vejamos:

Era difícil encontrar quadros para o PTB. O estado do Rio ainda lembrava uma grande fazenda [...] e o movimento sindical se restringia a poucos municípios. No interior, a maioria das pessoas morria de medo do poder dos coronéis. Quem tinha emprego no estado ou no município sabia muito bem que a melhor maneira de mantê-lo seria votando no PSD [Partido Social Democrático] [...]. Roberto [Silveira, em atividade política na cidade de Carmo] queria formar lideranças bem identificadas com o povo de cada município [...]. Carmo era quase toda PSD e, quem não era, jogava no time da UDN<sup>17</sup>.

Não obtendo resposta positiva para o ingresso e a organização do diretório municipal do partido por parte de qualquer sujeito de prestígio no município de Carmo, RJ, Roberto Silveira, prócer do PTB fluminense, apelou para um músico que tocava bumbo em uma pracinha. O diálogo do líder petebista com o músico ilumina tanto as dificuldades acentuadas quanto o esforço e a engenhosidade do partido para solidificar a sua estrutura organizacional:

– Meu nome é Roberto Silveira, sou deputado.

– Prazer, Ulisses.

– [...] você quer fundar o PTB aqui no Carmo?

O homem ficou espantado:

– Mas, doutor! Eu mal sei assinar o nome!

– Não tem importância. O partido foi criado para isso mesmo, para defender o pessoal que não sabe assinar o nome direito.

O sujeito [...] ficara com vergonha até de dizer não. Roberto tratou logo de agendar a vida do tocador de bumbo, antes que ele pensasse muito. [...].

– O senhor é que sabe – balbuciou Ulisses<sup>18</sup>.

Em que pesem os obstáculos, alguns recursos políticos, evidentemente, estavam à disposição do PTB para levar a cabo a gestação da sua estrutura organizativa. Fiquemos por ora com um de relevo, ainda no ano de fundação (1945). Como chamam a atenção Jorge Ferreira<sup>19</sup> e Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo<sup>20</sup>, o movimento popular queremista, receoso com a possibilidade de eventuais perdas de direitos sociais com a saída iminente de Vargas do governo, ascende contestando aos opositores do presidente da República e apoiando-se no aporte ideológico do trabalhismo. Também de acordo com os mesmos autores, o queremismo em muito contribuiu para a organização do PTB – que se aproveitou da capilaridade da estrutura montada dos comitês de apoio à “Constituinte com Vargas”.

Não obstante a relativa espontaneidade do movimento e o compartilhamento de crenças e valores arraigados entre seus integrantes e aderentes, a

associação entre o quererismo e o trabalhismo denota uma significativa característica da formação do PTB: a centralidade da *persona* de Getúlio Vargas. Um símbolo que encarnava e galvanizava um conjunto de ideias, aspirações, interesses e valores, capaz, em alguma medida, de prover uma identidade e um sentimento de pertença ao partido político. Líder maior da agremiação, Getúlio Vargas exerceu poderosa influência na organização partidária, de acordo com Maria Celina D'Araujo<sup>21</sup>. Para a autora, o PTB nasce e se mantém ao longo dos anos como um partido fortemente centralizado e autoritário, com nítidos contornos carismáticos, girando, até 1954, em torno de Getúlio Vargas. Comumente, lideranças da sua confiança, ou mesmo parentes, detinham o controle da cúpula dirigente, pouco afeita ao debate coletivo endógeno sobre os rumos a serem perseguidos pela legenda. Sem lugar à dúvida, variável que em muito contribuiu para o estabelecimento de uma hegemonia gaúcha no partido, hegemonia essa que teremos a oportunidade de observar por meio da relevância das lideranças e dos grupos políticos destacados nas seções que se seguem.

Em cotejo à UDN e ao Partido Social Democrático (PSD), o PTB demonstrava um extraordinário grau de centralização decisória sob as mãos dos estratos dirigentes nacionais<sup>22</sup>. Entretanto, importa contextualizar e matizar o autoritarismo petebista, de sorte a prover a possibilidade de compreendermos as disputas e as tensões ocorridas no partido entre diferentes alas e tendências internas, tema que logo será abordado, assim como seu comportamento político externo à agremiação. Maria Celina D'Araujo<sup>23</sup>, pertinentemente, chama a atenção para a origem e a natureza carismática do partido – com o desaparecimento de Vargas, João Goulart assume o posto como o sucessor incontestado no comando partidário, devido aos laços de amizade entre as respectivas famílias e à confiança nele depositada por Getúlio anos antes da sua morte. Partindo da perspectiva teórica de Angelo Panebianco<sup>24</sup>, a autora associa a trajetória de um partido às suas origens e ao sentido da sua formação. Destarte, em conformidade com esse eixo interpretativo, pode-se afirmar que o partido gestado por inspiração de uma liderança carismática tende a ser centralizado em torno de um grupo decisório fechado, capitaneado pelo referido tipo de líder. Seguramente uma peculiaridade do PTB.

Além de consistir em um partido de origem carismática, o PTB, todavia, representou igualmente a incipiente experiência formativa de um partido de massas na história republicana brasileira. Do ponto de vista organizacional, ângulo privilegiado por autores como Panebianco e Robert Michels<sup>25</sup>, um partido de massas, popular e esquerdista apresenta historicamente a tendência à centralização decisória interna, em função de variáveis as mais diferentes, tais como: possibilidade de ascenso social aos seus membros provenientes do

universo laborativo manual, culminando em uma espécie de delegação de poderes e de decisões aos chefes; complexidade do mundo contemporâneo, que tenderia a apelar aos especialistas e técnicos, com formação educacional mais elevada, uma atuação mais decisiva; e diferenças expressivas em relação aos partidos tradicionais e de quadros, geralmente integrados por sujeitos políticos que possuem importantes redes de sociabilidade e de poder exteriores ao partido, ou à sua cúpula dirigente<sup>26</sup>. Adicionalmente, talvez não seja desnecessário sublinhar que a estrutura social assentada no regime capitalista de produção apresenta um sistema de poder diluído, disperso em múltiplos organismos estatais e da sociedade civil. Por conseguinte, o “contrapoder”, isto é, um organismo voltado a representar e a canalizar interesses mudancistas, depara-se frequentemente com escassos recursos e espaços institucionais que permitam transmitir sua visão de mundo e atingir postos governamentais. Não rara, portanto, a tendência a se buscar, sob condicionantes centrípetos, a coesão partidária interna acompanhada de óbices à manifestação da pluralidade e da divergência e à democracia interna.

Autoritarismo interno, sob o ângulo organizacional. Porém, levando-se em consideração outra dimensão também relevante à reflexão sobre os partidos políticos, ou seja, a sua relação externa com a sociedade civil, é possível identificar uma significativa faceta democrática do PTB. Em conformidade com a interpretação oferecida por Panebianco<sup>27</sup>, é lícito argumentar que a trajetória do PTB permite enquadrá-lo em uma categoria de partido que se relaciona ativamente com o ambiente social e eleitoral: partidos que têm em vista não apenas captar e expressar os reclamos e os anseios do público, mas que também se orientam em um sentido transformador e educativo sobre esse público. Um tipo de organismo partidário que não se acomoda às ideias e aos olhares vigentes nem se sujeita a servir predominantemente como correia de transmissão da sociedade civil ao Estado, e vice-versa. Em sentido inverso, um organismo que atua na direção de mudar certas disposições comportamentais e de pensamento do público, forjando mesmo uma identidade coletiva a ele. Como implicação natural, esse tipo de partido não restringe suas iniciativas ao calendário e à busca pela vitória eleitoral. Não se ocupa, como organização, exclusivamente de tratar da sua preservação e existência. Com efeito, o exercício de uma função educativa, relativamente nos moldes explorados pelo pensamento gramsciano<sup>28</sup>, também marcou a trajetória do PTB no curso do regime democrático de 1945<sup>29</sup>. Criação de jornais e de revistas, proselitismo impresso, radiofônico e eleitoral, contatos estreitos com os sindicatos, etc. constituíram alguns dos recursos de transmissão da mensagem contestadora petebista, direcionada à consecução de reformas de corte democrático e progressista.

Tensão entre autoritarismo endógeno e apelo e iniciativas democráticas exteriores à agremiação partidária tipificam a trajetória petebista, no recorte temporal selecionado. Creio que essa ambiguidade pode ser, em alguma medida, compreendida na seção que se segue, em que são identificadas as bases sociais de formação e as correntes internas do partido. Ademais, ambiguidade que demonstra um tenso equilíbrio entre duas dimensões, assinaladas anteriormente, afeitas a um partido político, mormente os situados à esquerda do espectro político: *a dimensão organizativa*, atenta à conquista, à conservação e à ampliação do raio de poder da organização, e das suas lideranças – detendo, pois, um viés pragmático –; e *a dimensão educativa*, orientada para a realização das diretrizes doutrinárias esposadas pelo partido e veiculadas à sociedade civil – denotando uma nuance, por falta de expressão melhor, eticamente elevada. Realismo e idealismo político aqui se combinam.

## **Bases sociais, tendências e algumas ideias**

As bases sociais que conformaram a criação do PTB foram, essencialmente, os trabalhadores organizados em sindicatos, tendo suas lideranças ocupado papel de relevo na formação partidária. Pode-se afirmar que esse perfil de trabalhador consistia na “matéria-prima por excelência do trabalhismo getulista”<sup>30</sup>, variante do trabalhismo e do PTB que marcou o alvorecer do partido. A importância desse segmento social para o partido – não apenas como público-alvo da mensagem petebista, mas como agente organizativo – era tamanha que, segundo D’Araujo, “em seus primórdios, a maioria dos cargos diretivos do PTB ficou, de fato, em mãos de trabalhadores”<sup>31</sup>. Abordando o processo de criação do diretório sul-riograndense, Miguel Bodea corrobora essa visão ao sublinhar a condição dos trabalhadores organizados como sujeitos políticos ativos: “a iniciativa da fundação do PTB partiu de lideranças sindicais de peso (geralmente presidentes de sindicatos) das mais variadas categorias”<sup>32</sup>.

Integravam também a composição social petebista, mormente, burocratas do Ministério do Trabalho – que já ventilavam, ainda no Estado Novo, o intuito da criação de um partido de massas apoiado em bases sindicais –, advogados de sindicatos, intelectuais e profissionais liberais<sup>33</sup>. No Rio Grande do Sul, em particular, resalte-se o ingresso, entre os anos de 1946 e 1947, de políticos profissionais provenientes do PSD, que migraram à legenda trabalhista em função do antigetulismo crescente nas hostes possedistas locais<sup>34</sup>.

Esse universo heterogêneo de bases sociais, que corresponde a interesses, valores e experiências distintas, compôs um diversificado conjunto de práticas e de visões políticas. Ambivalências na percepção política e eleitoral do partido foram, por extensão, uma decorrência natural. Elas se traduziram



em diferentes concepções sobre a relação do partido com os trabalhadores e outros agrupamentos sociais, mais também no tocante ao sentido da organização partidária e a alguns projetos propostos para o país. Todavia, convergências significativas podem ser identificadas, de sorte a nos propiciar a possibilidade de fazer o mapeamento de algumas ideias centrais preconizadas pelo PTB no curso do regime democrático interrompido em 1964. A análise das tendências internas permite observar as tensões e as convergências entre grupos e propostas, de modo a se alcançar uma síntese das características gerais do partido.

De acordo com a literatura mobilizada<sup>35</sup>, o PTB foi integrado por três correntes básicas. Para os fins deste trabalho, adoto o mapeamento delineado por Lucília de Almeida Neves, em função da clareza e da abrangência apresentadas, explorando eventuais sintonias com as demais abordagens e acrescentando o que entender pertinente. Para a autora, o partido possuía as seguintes correntes: os *getulistas pragmáticos*, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*<sup>36</sup>.

Os *getulistas pragmáticos* seriam formados por “burocratas vinculados à estrutura do Estado por meio do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial”<sup>37</sup>. Políticos profissionais ligados a Vargas, como visto e destacado por Bodea, aqui também podem ser incluídos<sup>38</sup>. Essa tendência propugnava um partido dirigido à representação dos trabalhadores sindicalizados nas esferas parlamentar e governamental e “repudiava o conflito social”<sup>39</sup>. Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras do próprio Getúlio Vargas:

A evolução política do Brasil deve se processar em ordem, com disciplina e respeito às autoridades. Não precisam nem precisarão os trabalhadores do Brasil recorrer a greves, porque a bancada trabalhista, na Câmara e no Senado, defenderá intransigentemente as fórmulas mais práticas para a solução dos seus problemas.<sup>40</sup>

Concebida como uma espécie de porta-voz dos trabalhadores, no dizer de D’Araujo<sup>41</sup>, pode-se inferir que essa corrente tenderia a se afinar com uma orientação partidária adaptada ao meio social externo<sup>42</sup>, isto é, tanto às suas bases sociais quanto à correlação de forças instalada – sem deixar de tensioná-la, é claro, quando considerado oportuno. Prestar-se-ia a exercer a atribuição de correia de transmissão das demandas vocalizadas por seu eleitorado no seio dos aparatos do Estado. Logo, tenderia a definir um papel relativamente passivo do partido perante suas bases, e sobretudo assentado nas pretensões e nas vicissitudes enfrentadas por Getúlio Vargas. Levando em consideração a

marcante centralidade desse personagem, a tendência em tela teria no intervencionismo estatal e no nacionalismo duas premissas nodais. Nas palavras do seu líder: “Nesta difícil conjuntura, sentimos todos que a democracia não sobreviverá à crise, sem uma planificação econômica e social [...]. A planificação de nossa economia é ponto vital do programa [do PTB] [...]”<sup>43</sup>. Ademais,

Existem homens sinceros [...], teóricos e idealistas, nessa campanha contra a industrialização. Mas, por coincidência, à testa dessa luta se encontram nomes que se destacam por suas atividades como representantes de trustes internacionais [...], que sempre lutaram contra a exploração do carvão nacional, ou que pretenderam entregar nosso ferro e a Vale do Rio Doce a grupos estrangeiros<sup>44</sup>.

A defesa da legislação do trabalho representa igualmente uma das suas ideias mais expressivas: “O PTB tem um precioso patrimônio a defender [...], [que] é o conjunto de leis sociais que se incorporaram na nova Constituição”<sup>45</sup>.

Uma característica adicional dessa ala, atinente à prática política, é o clientelismo e o fisiologismo. Utilizando-se da máquina do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência como instrumentos de consolidação e ampliação política e eleitoral, não raro se recorria a artifícios clientelistas como mecanismo de fortalecimento do partido. Expediente generalizado na política brasileira – cuja notória expressão partidária a adotá-lo, no período, fora o PSD<sup>46</sup> –, teve o PTB em sua seção paulista um dos casos mais conhecidos de uso regular da aludida prática, chegando a se constituir, segundo Maria Victoria Benevides, em uma espécie de “legenda de aluguel”, isto é, sempre disposta a compor com os governos de ocasião, visando auferir benefícios diretos e de curto prazo para o organismo partidário estadual<sup>47</sup>. A imagem do animal político cioso de sua autoconservação, que de alguma maneira Michels faz lembrar em sua análise relativa ao Partido Social Democrata alemão, talvez ilustre especialmente o diretório petebista de São Paulo. Sem deixar de lado o nacionalismo, o intervencionismo estatal e a defesa das leis de proteção ao trabalhador, o pragmatismo, contudo, aí atingiu o clímax.

Crítico voraz das práticas clientelistas e fisiológicas, Alberto Pasqualini, expoente da tendência *doutrinária trabalhista* e importante quadro dos diretórios sul-riograndense e nacional, analisava o fenômeno, atento e preocupado, possivelmente, também com o uso da máquina pública por seu partido.

Existe [...] [um] fator de particular importância e que tem grande influência, em países subdesenvolvidos, no estilo da vida política. Trata-se [da] [...] diminuta capacidade da indústria e de outras atividades econômicas para absorver, em

maior escala, os elementos ativos da população [...]. Pode-se, assim, explicar e compreender melhor as causas pelas quais os partidos políticos, quando no poder, tendem, sob a pressão dessas circunstâncias, a transformar-se em agências de empregos públicos e porque a concepção corrente de governo partidário não é de governo orientado no sentido de diretrizes e objetivos programáticos, mas de governo preocupado em criar e distribuir cargos, favores e compensações à clientela política [...]. O desvirtuamento do serviço público poderá [...] ser um fator de atraso na evolução e no progresso econômico do país<sup>48</sup>.

Integravam a ala *doutrinária* intelectuais e profissionais liberais, sintonizados com o ideário social-democrata e socialista reformista, que advogavam para o PTB maior “independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos”<sup>49</sup>. Caracterizavam-se pela atenção dedicada ao delineamento de nítidos contornos programáticos e ideológicos ao PTB, mantendo uma ativa produção intelectual; estimulando a criação de círculos de debates e de estudos internos, assim como, em geral, envolvidos na produção e veiculação de textos por meio da imprensa. Como Pasqualini (PTB/RS), também Lúcio Bittencourt (PTB/MG), Santiago Dantas (PTB/MG), Sérgio Magalhães (PTB/DF/GB) e Fernando Ferrari (PTB/RS) destacavam-se como lideranças proeminentes dessa tendência partidária.

No tocante especificamente a Pasqualini, um socialismo evolutivo – quer dizer, defensor de mudanças graduais e consoante às possibilidades materiais e subjetivas abertas pelo tempo histórico<sup>50</sup> – perpassa sua retórica e seu pensamento, veiculado notadamente pela imprensa gaúcha. Segundo Vami-reh Chacon, o personagem consistiria em autor de um “programa reformista, embora não necessariamente antirrevolucionário”<sup>51</sup>. Ferrari, por seu turno, revela uma premissa de proa esposada por essa tendência: o distributivismo, apoiado na tributação progressiva.

A lei, sobre os pequenos, se abate impiedosa. Sobre os grandes, desce maternalmente. O imposto de renda, por exemplo, que amesquinha o salário do trabalhador, indo ao extremo da cobrança antecipada (desconto na fonte), despreocupa-se de cadastrar a fortuna dos grandes, para gravar-lhes os rendimentos sonogados ao Fisco [...]. [Nega] [...] ao pequeno contribuinte, obrigado a consumir perto de 50% dos proventos com aluguel [...] até o direito de abater da renda bruta, para o simples efeito do imposto complementar progressivo, o valor do aluguel pago [...]. Impõe-se, assim, uma [...] revisão urgente [...] com preferência absoluta pelos impostos diretos [...] [uma] revisão da legislação dos impostos de renda e de consumo, graduando as incidências segundo a capacidade econômica dos contribuintes<sup>52</sup>.

Outra característica importante dessa tendência – que, para o diretório do Rio Grande do Sul, Bodea atribuiu a designação de *doutrinária pasqualinista*, em função da influência política do personagem<sup>53</sup> – é o enfoque educativo dado não apenas às suas iniciativas no seio do partido ou na relação deste com a sociedade, mas também nas propostas de reformas sociais. Com frequência, Alberto Pasqualini procurava explorar os potenciais efeitos pedagógicos de algumas propostas políticas. É o caso do estímulo à reforma agrária associada à criação de colônias.

Devemos [...] voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm moradia [...], os marginais [...], uma legião de criaturas sem meios e capacidade de trabalho e de subsistência. [...] A função das colônias agrícolas será propiciar a cada família terra, moradia e instrumentos de trabalho. Reunidas as famílias em colônias, será possível prestar-lhes toda espécie de assistência médica, [...] educativa e espiritual. Antes de tudo, precisamos dar saúde aos marginais, ensiná-los a cultivar a terra e fixar-se nela, inculcando-lhes hábitos de trabalho [...] que [...] possam ter estímulo para o trabalho. É mister, além disso, instruir-lhes e educar-lhes os filhos, principal objetivo da colônia agrícola. Por essa razão, cada núcleo deverá possuir escolas primárias, escolas técnico-agrícolas [...] as colônias agrícolas, com todos esses serviços organizados, serão verdadeiras universidades rurais, de que sairá o futuro homem do campo<sup>54</sup>.

Posto isso, pode-se afirmar que um dos principais ingredientes promotores de divergências entre essa corrente partidária e a dos *getulistas pragmáticos* foi a defesa da coerência entre o programa partidário e as iniciativas parlamentares e governamentais dos representantes petebistas. Sem lugar à dúvida, essa foi uma razão decisiva para inúmeros embates entre as duas tendências. Criticando posturas “eleitoreiras”, Pasqualini assim se exprimia acerca do papel a ser desempenhado pelo partido:

Nós não pretendemos iludir a quem quer que seja [...]. Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o governo; nosso problema é criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos<sup>55</sup>.

Uma perspectiva política, tipicamente esposada por um intelectual – por ofício apegado à sementeira e à defesa de valores e ideais –, cujo potencial conflituoso não seria realmente difícil suportar diante do pragmatismo da ala getulista. Isso porque o agente político, *stricto sensu*, notabiliza-se por restrições derivadas da correlação de forças vigentes, tendo de optar entre alternativas

limitadas à sua disposição. O pragmatismo e o tempo curto para tomada de decisão são aspectos característicos da seara política. Por seu turno, o intelectual, por força do ofício da sua produção cultural, ocupa-se da criação e da sementeira de ideias, conhecimentos, tecnologias e valores, produzindo eventuais impactos nos negócios públicos tendencialmente em médio e em longo prazos<sup>56</sup>. Ademais, segundo Bodea, havia na temporalidade em relevo um expressivo fosso entre os imperativos e as contingências políticas experimentadas pelos diretórios nacional e estadual sul-riograndenses ao qual pertencia o *doutrinário* Pasqualini: enquanto no plano nacional o partido não tinha força suficiente para governar sem alianças, no plano estadual gaúcho o PTB vivenciou uma experiência de ascendente hegemonia, prescindindo do apoio de partidos fortes, em especial do Partido Social Democrático<sup>57</sup>.

Em que pesem as diferenças de método e de prática política, entretanto, ambas as correntes não demonstram divergências de fundo em relação aos preceitos políticos advogados para a sociedade brasileira. *Grosso modo*, consideraram a valorização do trabalho e do trabalhador um princípio ético central para o ordenamento da sociedade brasileira. Suas propostas tiveram, no referido princípio, um dos principais ingredientes de comunhão partidária, para além das suas respectivas diferenças. Uma síntese entre as duas correntes foi levada a cabo, de acordo com Lucília Neves, pela nova geração de políticos que veio a ocupar o espaço das principais lideranças do primeiro decênio do PTB, Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini<sup>58</sup>. Acompanhemos essa ala, constituída pelos *pragmáticos reformistas*<sup>59</sup>.

Segundo Lucília Neves, a ala *pragmática reformista* “traduziu o casamento entre as posições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos”<sup>60</sup>. Uma tendência que, ainda de acordo com a autora, veio a oxigenar o trabalhismo e o PTB com a equação nacionalismo e reformismo, movendo-se no terreno de uma concepção mais autônoma para o movimento dos trabalhadores. Igualmente inspirada nas experiências e nas propostas de Vargas e de Pasqualini, teve em João Goulart (PTB/RS) e em Leonel Brizola (PTB/RS) os seus representantes mais expressivos na cena política nacional. Uma geração que sucedeu às lideranças originárias do PTB, assimilando conhecimentos socializados e práticas encetadas tanto no interior do partido quanto nas funções ocupadas pelos “mestres” em demais instâncias sociais e políticas. Nesse sentido, é legítimo argumentar que o partido teve a capacidade de se perpetuar para além da figura de Vargas. O realismo e o idealismo político se fundem nessa ala. Convergem, nada obstante, para uma concepção partidária ativa em relação às bases eleitorais – concepção sobremaneira sintonizada com a tendência *doutrinária*. Não se limitando apenas a canalizar e a

representar as demandas do seu eleitorado, essa ala esforçou-se por enquadrar e moldar seu público em torno de determinados valores e ideias políticas, perseguindo a chamada “reforma moral” a que se refere Gramsci<sup>61</sup>. É o que D’Araujo também nos permite afirmar, ao ponderar acerca de certo eixo da perspectiva política da dupla Jango e Brizola, do modo que se segue:

[...] o partido, além de se apoiar na estrutura corporativa, deveria ser um agente de mobilização popular. Partidos e sindicatos deviam atuar simultaneamente junto aos trabalhadores, visando o crescimento eleitoral e a formação de ampla base de apoio para programas reformistas e nacionalistas<sup>62</sup>.

Incorporando as ideias e os princípios políticos esposados pelas duas outras alas, revelando forte preocupação com iniciativas que promovessem o bem-estar das camadas populares, urbanas e rurais, uma nuance central dessa tendência partidária é o reclamo pelo aprofundamento da democracia, por meio da ampliação da participação popular no processo decisório nacional.

Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade para o povo; o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocados nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do antissindicato, da antirreforma [...]. Democracia é precisamente isso: o povo livre para manifestar-se, inclusive nas praças públicas [...] o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria [...]<sup>63</sup>.

Não apresentando, contudo, o mesmo pendor democrático no tocante às relações internas do partido, também a face pragmática representava um componente de peso nessa corrente. É o que matéria veiculada pela *Revista Trabalhista* – publicação editada pelo partido – traz à luz. Sob o título “Postos de saúde instalados pelo PTB”, contando com foto de destaque do então recém-empossado presidente do Diretório Nacional do PTB, João Goulart, a matéria assim descrevia iniciativa empreendida pelo partido no antigo Distrito Federal, atual município do Rio de Janeiro:

Já estão sendo postas em prática as idealizações do presidente João Goulart, no sentido de promover, através do [...] [PTB], a execução do plano de assistência médica aos trabalhadores e suas famílias. Assim é que já foi inaugurado o Posto de Serviço de Assistência Médica [...]. O PTB está realmente empenhado em conquistar as massas trabalhadoras através da adoção de uma série de medidas capazes de melhorar as condições das mesmas. [...] Temos a notícia

de que mais dois postos assistenciais [...] serão proximamente inaugurados [...]. O alcance dessa ação tão humana não necessita de ser ressaltado. É mister, porém, que se felicite o presidente João Goulart [...], pelo espírito público que vêm demonstrando em tão proveitosas iniciativas<sup>64</sup>.

Um pragmatismo explícito. A estrutura do partido ofertar um serviço de assistência médica ao seu eleitorado, com o propósito, até mesmo declarado na matéria, de “conquistar as massas trabalhadoras”, tende a consistir em uma ação de sabor assistencialista e clientelista, pois associa a provisão do serviço à criação de possíveis laços de fidelidade direta ao PTB. De um direito social, ainda que em potencial, a ser assegurado pelo Poder Público, e virtualmente a ser reclamado por seu eleitorado, o benefício converte-se em um provável recurso de troca política e eleitoral. Um tipo de iniciativa que, se garante a assistência à saúde da população, propicia à organização partidária, e à imagem do seu presidente, auferir eventuais ganhos eleitorais.

## Considerações finais

Nacionalismo, reformismo, distributivismo, clientelismo. Preocupação organizacional e ação educativa. Autoritarismo interno e apelo democrático externo. Pragmatismo e idealismo político. Esses são alguns traços combinados que marcaram a trajetória do PTB sob o regime democrático aberto em 1945. Outra característica merece ser ressaltada: o significativo grau de correspondência existente entre as propostas programáticas anunciadas à sociedade e as ações encetadas pelo partido, nas esferas governamental e parlamentar<sup>65</sup>. Ademais, desempenhou papel político de relevo, envidando esforços na direção de uma institucionalidade democrática que transcendesse os limites de uma vida política nacional circunscrita a clubes oligárquicos minoritários. Estimulou e pretendeu incorporar os trabalhadores aos centros de decisão do país, concebendo o intento de que se integrassem às decisões sobre os rumos e os destinos da sociedade brasileira. Colaborou, pois, no processamento de disposições comportamentais politicamente ativas à classe trabalhadora<sup>66</sup>. A respeito, matérias publicadas pela *Revista Trabalhista* em 1952 demonstram as estreitas relações estabelecidas pelo partido e por suas lideranças com o universo laborativo organizado. A reciprocidade nas reverberações dos agentes sindicais e do partido manifesta-se no noticiário posto em evidência: 1. “O presidente do Sindicato das Indústrias do Vidro agradece a Segadas [Viana, ministro do Trabalho do governo Vargas] o pagamento, pelo Ministério do Trabalho, de um mês de ordenado aos operários da Fábrica Scarrone que se encontra fechada”; 2. “Queremos que o presidente do nosso sindicato se reja

pelas nossas leis trabalhistas e não procure o esfacelamento da classe’ – reclamam os foguistas da Marinha Mercante. ‘É esse precisamente o objetivo do governo, com relação a todos os sindicatos’ – responde o Ministro”<sup>67</sup>.

A coerência petebista com os seus postulados progressistas e democráticos pode ser percebida mesmo nos estertores do regime constitucional de 1946. No caso, refiro-me à defesa das chamadas “reformas de base”<sup>68</sup>. Largo conjunto de reformas sociais e econômicas propostas e refinadas no curso do seu itinerário organizacional, o partido perseguiu a sua implantação, a despeito da hostilidade das oposições e de setores da sociedade. Uma dimensão relevante dessas reformas consistia na socialização de certos setores da economia e da estrutura fundiária. Um preceito advogado pelo partido e por um membro da sua ala *doutrinária* – refiro-me em particular a Alberto Pasqualini – durante anos a fio e que contou com a oposição empedernida de atores orientados por uma leitura anticomunista da sociedade brasileira. Como recorte específico da leitura a que faço alusão, reproduzem-se fragmentos de entrevista concedida a um jornal pelo arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, em que tecia críticas a alguns aspectos do pensamento “utopista e socializante” de Pasqualini. Isso ainda nos idos da década de 1940:

[...] é inaceitável a socialização sem reservas dos meios de produção e das instituições de crédito. A coletivização das fontes produtoras de riqueza figura entre os dogmas fundamentais de Marx e do comunismo. Esta medida restringe justamente a liberdade dos cidadãos [...]. A socialização repentina ou progressiva, patrocinada por não poucos utopistas, como sendo a fórmula mágica de salvação social, representaria um passo fatal e decisivo rumo ao estabelecimento de um regime totalitário e à divinização do Estado. Os defensores dessa doutrina não podem inspirar confiança ao eleitorado católico<sup>69</sup>.

Poucos dias depois, Pasqualini responderia ao arcebispo em entrevista concedida ao mesmo jornal, *Diário de Notícias*:

[...] os verdadeiros católicos não deveriam limitar-se a invocar platonicamente os seus ensinamentos, mas deveriam também procurar dar-lhes execução prática. Há os que se dizem católicos. Na realidade, porém, são às vezes autênticos reacionários<sup>70</sup>.

Como se pode observar não apenas nos imediatos momentos que precederam o golpe de 1964, contou o PTB com a hostilidade de segmentos da sociedade brasileira às suas propostas reformistas. Ao contrário, representou um traço marcante em seu percurso organizacional. Todavia, mesmo com a



elevada polarização social e política que caracterizou o governo Goulart, e em que pesem as estratégias distintas e frequentemente rivais adotadas pelo então Presidente da República – sobressaindo uma estratégia parlamentar e negociada para a implantação das reformas de base – e por Brizola – que priorizava os meios extraparlamentares, assumindo sua estratégia estreitos laços com o primado da democracia direta e participativa –, o compromisso com as causas reformistas esposadas pelo partido foi mantido até a ruptura institucional de 1º de abril de 1964<sup>71</sup>. Sob a luz desse ângulo, a aludida coerência do PTB configurou uma especial manifestação de apreço à legitimação das instituições representativas democráticas, por perseguir o atendimento do seu programa partidário e das demandas e expectativas geradas em seu eleitorado.

Concluo assinalando duas questões que chamaram sobremodo a atenção do autor, tanto na literatura quanto nas fontes documentais mobilizadas: por um lado, o peso do diretório estadual sul-riograndense no delineamento da linha programática e nas ações do PTB. Isso fica bastante evidenciado tanto nos líderes políticos mencionados neste trabalho como também na influência doutrinária recorrentemente atribuída a Alberto Pasqualini. Cumpre ainda observar que a publicação do PTB aqui utilizada, a *Revista Trabalhista*, em seu número lançado no ano de 1952, disponibilizava um imensurável espaço às lideranças e às iniciativas desenvolvidas pela seção gaúcha.

Por outro, importa assinalar a temática socialista na retórica de alguns personagens postos em evidência, sobretudo Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Seguramente, o estudo das aproximações e das ambivalências das suas perspectivas perante o socialismo talvez permita adensar a reflexão sobre a dimensão estritamente ideológica do partido. Nesse sentido, a carta de um militante do diretório petebista de Pernambuco, enviada ao deputado federal Fernando Ferrari (PTB/RS), reivindicando um posicionamento político socialista para o PTB, nos mostra que a temática em questão era favoravelmente comungada por frações das bases do partido<sup>72</sup>. Não se restringia, pois, apenas às lideranças partidárias. Com efeito, encerro com as palavras do militante, na expectativa de aprofundar, em outra ocasião, a análise deste tema, particularmente no tocante ao pensamento pasqualinista:

Trabalhismo, tal qual compreendo, é uma política de conjunto e não apenas de soluções isoladas em setores esparsos. A sua política não é de paliativos, mas, sim, de reformas substanciais [...] na estrutura do regime capitalista. Governo trabalhista é o período de transição entre o capitalismo que se está derrubando e o socialismo que se está construindo [...]. Trabalhismo é socialização da riqueza [...]. Ou se é trabalhista, ou se é capitalista [...]<sup>73</sup>.

## RESUMO

---

O trabalho se propõe a oferecer um panorâmico quadro pertinente a certas características do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (1945/1964), dando especial acento ao diretório gaúcho do partido. Apoiando-me em uma perspectiva sobretudo teórica, busco por em relevo: 1. a formação e a organização interna do PTB em alas e tendências; 2. algumas ideias e propostas que sobressaíram na orientação e na linha de atuação partidária; e 3. a capacidade de mediar e de representar setores da sociedade. Propõe-se, assim, como pano de fundo, a empreender uma reflexão acerca do potencial progressista e do papel democrático desempenhado pelo antigo PTB, sem desconsiderar as suas limitações e lacunas.

## PALAVRAS-CHAVE

---

*Partido Trabalhista Brasileiro; Democracia; Trabalhismo; História republicana do Brasil.*

*PTB (1945/1964): Its Internals Politicals Trends and the Hegemony of the State of Rio Grande do Sul Section*

## ABSTRACT

---

The paper aims to offer a panoramic picture relevant to certain characteristics of the Brazilian Labor Party (PTB) (1945/1964), giving emphasis to the gaucho section. Supporting me in a particular theoretical perspective, we seek to bring into relief: 1. the formation and organization of PTB in internal wards and trends; 2. some ideas and proposals that stood in the orientation and line of action and partisan; 3. the ability to mediate and to represent sectors of society. It is proposed therefore as a backdrop, to undertake a reflection on the potential of progressive and democratic role played by the former PTB, without disregarding the limitations and shortcomings.

## KEYWORDS

---

*Brazilian Labor Party; Democracy; Labour; Brazil Republican History.*

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Doutorando em história pelo PPGH/UFF, mestre em ciência política pelo PPGCP/UFRJ e professor do Instituto Superior de Educação – Faetec/Sect-RJ. Sua pesquisa de doutorado centra-se no estudo da trajetória e do pensamento político de Alberto Pasqualini, advogado, professor e senador da República pelo PTB/RS (1951/1956). Contato do autor: betobitencourt@hotmail.com.

<sup>2</sup> Por teoria do populismo designo alguns trabalhos voltados à análise do período político em questão e desenvolvidos pela escola sociológica uspiana, cujos expoentes são Francisco Weffort e Octavio Ianni. A respeito, consultar: WEFFORT, Francisco, *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e IANNI,

Octavio, *A formação do estado populista na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; e *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>3</sup> O termo “esquerda” é aqui utilizado no sentido atribuído por Norberto Bobbio, isto é, para classificar aqueles partidos, e demais sujeitos políticos, que perseguem a materialização contínua do princípio da igualdade, nos terrenos político, econômico, social e cultural. BOBBIO, Norberto, *Direita e esquerda*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

<sup>4</sup> A respeito, entre outras obras de igual relevância, consultar: OLIVEIRA, Lisandre Medianeira, *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 2008; HECKER, Alexandre, “Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra”. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-52; GOMES, Ângela de Castro, “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.), *op. cit.*, p. 53-81; SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio, “O equilibrista e a política: o ‘partido da classe operária’ (PCB) na democratização (1945-1964)”. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.), *op. cit.*, p. 101-140; MIRANDA, Samir Perrone de, *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1962)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 2006; FERREIRA, Jorge, *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; LAVAREDA, Antonio, *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/Ucam, 1999; D’ARAUJO, Maria Celina, *Sindicatos, carisma & poder*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; GOMES, Ângela de Castro, “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas”. In \_\_\_\_\_ (org.), *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 133-160; BODEA, Miguel, *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992; DELGADO, Lucília de Almeida Neves, *PTB, do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989; GOMES, Ângela de Castro; D’ARAUJO, Maria Celina, *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989; HIPOLITO, Lucia, *PSD, de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; RUAS, Maria Diehl, *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Fabris, 1986; BENEVIDES, Maria Victória Mesquita, *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>5</sup> LAVAREDA, Antônio, *op. cit.*

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>7</sup> NICOLAU, Jairo, “Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados”. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004, p. 85-129.

<sup>8</sup> Por imaginário social entende-se “uma das forças reguladoras da vida colectiva [...] [que] informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação [...], o

dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores”. Cf. BACKZO, Bronislaw, “Imaginação social”. In *Enciclopédia Einaudi*. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 309-311.

<sup>9</sup> SCHMIDT, Benito Bisso, “A relação governo estadual/lideranças socialistas em Porto Alegre na I República: discutindo a ‘incorporação do proletariado’ no pré e pós-1930”. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/VI%20jornada%20trabalho/Benito%20texto.doc>>, acesso em 20 abr. 2008; e *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004; PETERSEN, Silvia Regina F.; SCHMIDT, Benito Bisso, “O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920)”. In GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (orgs.), *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 209-246.

<sup>10</sup> FAUSTO, Boris, *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

<sup>11</sup> BODEA, Miguel, *A greve geral de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, s/d.

<sup>12</sup> MORAES, Evaristo, “Leis do trabalho”. In *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, *apud* MORAES FILHO, Evaristo (org.), *O socialismo brasileiro*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998, p. 182. Vale observar que o mesmo Evaristo de Moraes integrou a equipe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no chamado governo revolucionário de Getúlio Vargas. A respeito ver BARROS, Orlando, “Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor”. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 297-330.

<sup>13</sup> GOMES, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>14</sup> FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, 2005; e *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>15</sup> Talvez não seja demasiado sublinhar a seguinte coincidência: no curso da sua atividade até o golpe de 1964 o PTB, em ambas as cidades, atingiu os maiores índices de popularidade e de adesão eleitoral, assim como substancial força organizativa. Segundo dados extraídos de pesquisa de opinião realizada pelo Ibope, em março de 1964 Porto Alegre revelava 62% de “simpatia” pelo PTB, e o Rio de Janeiro, 44%. LAVAREDA, Antonio, *op. cit.*, p. 149.

<sup>16</sup> Ainda que o país estivesse, nesse contexto, experimentando um considerável processo de urbanização e de industrialização, a maioria da população residia no campo. Nos anos 1940, a taxa da urbanização brasileira atingia a casa dos 31,2%. Na década seguinte, a taxa nacional cresceu para 36,2%. IANNI, Octavio, *op. cit.*, 1975, p. 58.

<sup>17</sup> ROCHA, José Sergio, *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge, 2003, p. 199-201.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>19</sup> FERREIRA, Jorge, “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46.

<sup>20</sup> GOMES, Â. de C.; D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*, 1989.

<sup>21</sup> D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*

<sup>22</sup> Em comparação ao PTB, a UDN concedia maior autonomia às decisões dos diretórios estaduais, e o diretório nacional do PSD era composto por um verdadeiro colegiado federativo. Consultar: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *op. cit.*, p. 167-171; HIPOLITO, Lucia, *op. cit.*, p. 120-126.

<sup>23</sup> D'ARAUJO, Maria Celina, *op. cit.*

<sup>24</sup> PANEBIANCO, Ângelo, *Modelos de partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>25</sup> MICHELS, Robert, *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

<sup>26</sup> Nesse estrito sentido, partidos como a UDN e o PSD teriam maior potencial democrático interno que o PTB.

<sup>27</sup> PANEBIANCO, A., *op. cit.*, p. 22.

<sup>28</sup> GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>29</sup> Incluo o ano de 1945 no contexto democrático em virtude da ocorrência das eleições presidenciais, ainda que sob o marco jurídico do regime discricionário.

<sup>30</sup> GOMES, A. de C.; D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*, p. 37.

<sup>31</sup> D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*, p. 24.

<sup>32</sup> BODEA, Miguel, *op. cit.*, 1992, p. 22.

<sup>33</sup> A respeito consultar NEVES, Lucília de Almeida, “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203; D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*; BODEA, M., *op. cit.*, 1992; GOMES, A. de C.; D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*

<sup>34</sup> BODEA, Miguel, *op. cit.*, 1992, p. 28. De passagem, cumpre assinalar que, de acordo com o mesmo autor, os intensos atritos entre PTB e PSD no Rio Grande do Sul em torno do legado getulista contribuíram para a impossibilidade de tecer uma aliança local entre ambos, nos moldes da que frequentemente se firmava em âmbito nacional. Acerca do assunto, consultar também OLIVEIRA, Lisandre Medianeira, *op. cit.*

<sup>35</sup> Consultar NEVES, L. de A., *op. cit.*; D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*; BODEA, Miguel, *op. cit.*, 1992.

<sup>36</sup> NEVES, L. de A., *op. cit.*, p. 177-178.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>38</sup> Vale observar que, se em linhas gerais foi possível a fusão dos sindicalistas junto aos dois outros grupos, no diretório gaúcho do PTB os sindicalistas, de acordo com Bodea, constituíram uma tendência à parte, tendo se articulado, após a fundação, com um grupo de intelectuais e de profissionais liberais que giravam em torno de Alberto Pasqualini. BODEA, Miguel, *op. cit.*, 1992, p. 20.

<sup>39</sup> NEVES, L. de A., *op. cit.*, p. 184.

<sup>40</sup> VARGAS, Getúlio, “Discurso pronunciado na Convenção do PTB”. Porto Alegre, 11/11/1946. In \_\_\_\_\_, *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, p. 45.

<sup>41</sup> D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*, p. 98.

<sup>42</sup> Um modelo de perspectiva partidária analisado por obra já mencionada, PANE-BIANCO, A., *op. cit.*

<sup>43</sup> VARGAS, Getúlio, “Discurso pronunciado na Convenção do PTB”. Rio de Janeiro, 10/03/1947. In \_\_\_\_\_, *op. cit.*, p. 179-181.

<sup>44</sup> VARGAS, Getúlio, “Discurso no Senado”. Rio de Janeiro, 03/07/1947. In \_\_\_\_\_, *op. cit.*, p. 254.

<sup>45</sup> VARGAS, Getúlio, “Discurso pronunciado na Convenção do PTB”. Porto Alegre, 11/11/1946. In \_\_\_\_\_, *op. cit.*, p. 45.

<sup>46</sup> Consultar HIPPOLITO, L., *op. cit.*

<sup>47</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita, *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-111 e 147-159.

<sup>48</sup> PASQUALINI, Alberto, “Reformas de Base I”. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 29/08/1951. In SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 244.

<sup>49</sup> NEVES, L. de A., *op. cit.*, p. 187.

<sup>50</sup> Consultar, em particular, PASQUALINI, Alberto, *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958 (1. ed. 1948).

<sup>51</sup> CHACON, Vamireh, *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Civilização Brasileira/UFC, 1981, p. 227.

<sup>52</sup> FERRARI, Fernando, *Mensagem renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 70-73. Cumpre observar que essas ponderações de Ferrari foram feitas já fora dos quadros do PTB, em seu Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em que pese isso, suas observações são convergentes com o distributivismo propugnado pela tendência ora em questão, sendo sintomático o apelo, feito no livro, ao legado pasqualinista como recurso de legitimidade ao seu “novo trabalhismo” – que se propunha destoar do “caudilhismo centralizador” da cúpula petebista em fins dos anos de 1950, identificado por Ferrari nas *personas* de João Goulart e de Leonel Brizola.

<sup>53</sup> BODEA, Miguel, *op. cit.*, 1992, p. 20.

<sup>54</sup> PASQUALINI, Alberto, “Discurso do candidato do PTB”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12/11/1946. In \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos/IHGRS/ALRGS, 2005, p. 101-102.

<sup>55</sup> PASQUALINI, Alberto, *op. cit.*, 1958, p. 48.

<sup>56</sup> Acerca da relação entre os intelectuais e a política, consultar BOBBIO, Norberto, *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997; WOLFF, Francis, “Dilemas dos intelectuais”. In NOVAES, Adauto (org.), *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45-68.

<sup>57</sup> BODEA, Miguel, *op. cit.*, 1992. No tocante à hegemonia trabalhista no Rio Grande do Sul, ver também NOLL, Maria Isabel; TRINDADE, Héliog, *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul, 1945-1994*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

<sup>58</sup> Vargas desaparece em 1954 e Pasqualini se afasta da vida pública em 1956, acometido por grave doença.

<sup>59</sup> Cf. NEVES, L. de A., *op. cit.*

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>61</sup> GRAMSCI, Antonio, *op. cit.* Consultar também o trabalho de Miguel Bodea, que se baseia na matriz teórica gramsciana para analisar o PTB/RS. BODEA, M., *op. cit.*, 1992.

<sup>62</sup> D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*, p. 98-99.

<sup>63</sup> GOULART, João, “Discurso no comício da Central do Brasil”, 13/03/1964, Rio de Janeiro. In GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge, *Jango*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 202-203.

<sup>64</sup> *Revista Trabalhista*, setembro de 1952, p. 15.

<sup>65</sup> Consultar NEVES, L. de A., *op. cit.*; D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*

<sup>66</sup> Cf. FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, 2005; SILVA, Fernando Teixeira da, “Direitos, política e trabalho no porto de Santos”. In FORTES, Alexandre *et al.* (orgs.), *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, s/d.

<sup>67</sup> *Revista Trabalhista*, setembro de 1952, p. 49. A título de informação, Segadas Viana foi também deputado federal pelo PTB/DF entre 1946 e 1958.

<sup>68</sup> A respeito consultar MUNTEAL, Osvaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.), *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

<sup>69</sup> *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*. “Dom Vicente Scherer define a posição da Igreja Católica”. Porto Alegre, 10/07/1949, p. 23-24. In SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 37-38.

<sup>70</sup> *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, “Pasqualini responde a dom Vicente Scherer”. Porto Alegre, 17/07/1949, p. 24. In SIMON, Pedro (org.), *op. cit.*, 2001, p. 186.

<sup>71</sup> Sobre ambas as estratégias, ver D'ARAUJO, M. C., *op. cit.*; FERREIRA, Jorge, “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-583. FERREIRA, Jorge. “Esquerdas no *Panfleto*. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular”. In: *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n° 29, jul. 2009, p. 81-124.

<sup>72</sup> À guisa de ilustração consultar também: GALVÃO, Gamaliel Bueno, “Antes e acima de tudo, dentro e fora dos parlamentos, a prática da doutrina e da filosofia do Partido Trabalhista Brasileiro”. In *Revista Trabalhista*, setembro de 1952, p. 42-43; e “O Clube Trabalhista Brasileiro”. *Revista Trabalhista*, set. 1952, p. 44 e 68.

<sup>73</sup> LÔBO, Lúcio Gusmão, *O verdadeiro trabalhismo*. Brasília: Thesaurus, 2005, p. 30-33. O opúsculo consiste em uma carta enviada pelo autor ao deputado federal Fernando Ferrari (PTB/RS), em 14/04/1956.